

INTRODUÇÃO

A ideia de elaboração deste dossiê surgiu durante a realização do *GT Antropologia do Crime e do Direito: Justiça e Criminalidade em Perspectiva*, que compunha o VI Encontro Nacional de Antropologia do Direito (VI ENADIR), que aconteceu no mês de agosto do ano de 2019. O ENADIR ocorre a cada dois anos na Universidade de São Paulo (USP) e tem sido organizado pela professora doutora Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer com apoio do Departamento de Antropologia da USP. Ao longo de suas seis edições, o Encontro tem reunido profissionais e estudantes dedicados ao campo da antropologia do direito, além de articular Programas de Pós-Graduação de diversas regiões do país.

Por sua vez, nesta edição do evento, o Grupo de Trabalho *Antropologia do Crime e do Direito: Justiça e Criminalidade em Perspectiva* propôs reunir pesquisas que articulassem temas como justiça e criminalidade, assim como as formas de controle que operam sobre esta última, privilegiando empreendimentos de caráter empírico, particularmente aqueles que lançavam mão de procedimentos etnográficos e que consideravam o ponto de vista do sujeitos de pesquisa em suas análises e interpretações. Junto a isso, o GT também estimulou a reunião de trabalhos que contribuíssem para a reflexão acerca dos dilemas éticos, morais e políticos envolvidos no campo.

Estávamos particularmente interessados em estimular três eixos de discussão: 1) estratégias, reflexões e manifestações acionadas por aqueles que praticam ou praticaram atividades consideradas ilícitas; 2) os mecanismos de controle dessas práticas, seja em suas

formas institucionais (tribunais, prisões, políticas de segurança), seja em práticas não institucionalizadas; e, 3) o encontro entre os praticantes de atividades consideradas ilícitas e os mecanismos de controle da criminalidade, com atenção às variações e à dupla incitação que esse encontro produz.

Neste número da Revista de Estudos Empíricos em Direito os(as) leitores(as) encontrarão 10 artigos que compuseram o *GT Antropologia do Crime e do Direito: Justiça e Criminalidade em Perspectiva*. Estes artigos foram escritos por pesquisadoras e pesquisadores provenientes de quase todas as regiões do país, com exceção da região sul, assim como das mais variadas instituições de ensino e pesquisa.

Este dossiê reúne quatro artigos que abordam, à sua maneira, a questão do cárcere no Brasil, todas a partir da perspectiva dos homens e mulheres em situação de privação de liberdade e/ou de seus familiares. Outros dois trabalhos abordam a rotulação de jovens moradores de áreas vulneráveis e/ou submetidos ao Sistema de Justiça Juvenil. Além destes assuntos, chacinas, direitos processuais penais de acusados indígenas, grandes eventos, políticas de Segurança Pública e percepção dos magistrados acerca do conceito de imparcialidade também estão contemplados.

Carolina Barreto Lemos e Marcus Cardoso, no artigo *Direitos, elo social e reconhecimento: apontamentos etnográficos a partir do contexto de privação de liberdade no Distrito Federal* demonstram como a dimensão interpessoal do direito, que frequen-

temente se traduz em demandas por reconhecimento, é imprescindível para a compreensão da forma como violações a direitos formais são vividos e percebidos por atores sociais que se encontram em situação de privação de liberdade. Ao longo do artigo eles sugerem que a recorrência das narrativas e situações em campo que se reportavam à qualidade do elo social apontam para padrões sistemáticos de desconsideração e exclusão discursiva no espaço das cadeias do Distrito Federal que não podem ser adequadamente apreendidas por meio do idioma jurídico-legal, na medida em que representam, para além da violação a direitos positivados, um ataque a dimensões fundamentais da integridade pessoal dos interlocutores.

Por sua vez, no artigo *“O outro lado da moeda”: Uma análise das práticas de reivindicação de direitos das mulheres no cárcere*, Pedro Heitor Barros Geraldo e Betânia de Oliveira Almeida de Andrade tratam da prática de reivindicação de direitos das mulheres encarceradas no Rio de Janeiro conhecida como “balangar as grades”. Eles demonstram como, num contexto de negação de direitos, esta prática aparece como um ritual coletivo de reivindicação de atenção que mobiliza os agentes para uma situação dramática específica. Através da análise do papel do “balangar das grades” neste contexto, os autores lançam luz sobre os dispositivos de controle e o ponto de vista dos agentes penitenciários em relação às práticas de reivindicação de direitos.

Também tendo o cárcere como o espaço central de seu interesse de pesquisa, Juliana Melo, no artigo *Circularidades: de familiares de pessoas em situação*

de privação de liberdade a mulas e traficantes de drogas propõe uma discussão acerca do encarceramento feminino no Brasil, tendo como recorte de pesquisa um presídio feminino do Distrito Federal. Junto a isso, a autora, torna evidente a dubiedade que marca as políticas repressivas e proibicionistas adotadas no Brasil em relação às drogas, fator predominantemente envolvido na condenação e encarceramento de mulheres, assim como a dimensão do controle social da pobreza envolvida nesta política, que permitem legitimar um emaranhado de brutalidades que acontecem em nas prisões brasileiras.

No artigo *“O errado será cobrado”: ciclos de vingança e disputas entre coletivos criminosos em Natal/RN após o “Massacre de Alcaçuz”*, Natália Amarante e Juliana Melo analisam a relação entre o massacre ocorrido na prisão de Alcaçuz e Rogério Coutinho Madruga em janeiro de 2017, no estado do Rio Grande do Norte, e o fortalecimento das disputas entre facções rivais. O objetivo é lançar luz sobre as relações entre este episódio e o aumento da chamada violência urbana em Natal, assim como das violações de direitos humanos no sistema prisional local.

Lucas Oliveira, Gabriela Cardoso e Bráulio Alves da Silva apresentam o artigo *Entre a suspeito e a empatia: desafios e limites da pesquisa sobre o curso de vida de adolescentes autores de atos infracionais*. Nele, os três refletem sobre metodologia e trabalho de campo a partir de uma pesquisa no Sistema de Justiça Juvenil (SJJ) na cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais, que acompanhou o curso de vida de 373 jovens. A preocupação que norteia suas análises

ses giram em torno dos desafios e das condições necessárias para o deslocamento de uma atitude de suspeição para o estabelecimento de relações de empatia entre o pesquisador e o sujeito de pesquisa. Por sua vez, o artigo *Envolvido(a)-com o crime: tramas, manobras de controle, vigilância e punição*, escrito por Jacqueline Muniz; Fátima Cecchetto e Rodrigo Monteiro, apresenta e analisa a categoria *envolvido-com o crime*, suas tramas, manobras de controle e vigilâncias. O interesse é discutir como esta noção tem sido mobilizada na distribuição seletiva de punição das juventudes da periferia, apontando para a trama de rotulações que põe em operação deslizamentos de sentido entre as noções de “bandido e “vulnerável”.

Tedney Moreira da Silva, Ella Wiecko e Elaine Moreira, no artigo *Os direitos dos acusados indígenas no processo penal sob o paradigma da interculturalidade*, tratam dos direitos processuais penais de acusados indígenas com o objetivo de elaborar uma crítica ao direito processual penal brasileiro, que, como demonstram os autores, via-de-regra, inviabiliza as diferenças étnico-culturais no ato de atribuição de responsabilidade penal, destacando a importância do exame pericial antropológico, consubstanciado num laudo, para compreensão da conduta em julgamento.

Chacina é a questão abordada por Camila Vedovello e Arlete Rodrigues no artigo *As chacinas em São Paulo: da historicidade à Chacina da Torcida Pavilhão 9*. Neste trabalho as autoras procuram analisar a historicidade dessa forma de conflitualidade, seus *modus operandis*, seus agentes executores e suas vítimas, tendo como caso privilegiado de

análise o episódio envolvendo a Torcida Pavilhão 9, do Sport Club Corinthians Paulista. Por sua vez, no artigo “*O Rio da segura deságua na guerra*”: *integração, comando, controle e intervenção militar no Rio de Janeiro contemporâneo*, Tayla Fernandes analisa o discurso sobre políticas de Segurança Pública a partir da análise do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) do Rio de Janeiro e sua relação com os preparativos dos grandes eventos na cidade.

Bárbara Lupetti Baptista, no artigo *A crença no princípio (ou mito) da imparcialidade judicial* discute o princípio da imparcialidade judicial e seus dilemas. No artigo a autora procura descrever os sentidos e as representações que os magistrados brasileiros atribuem ao conceito de imparcialidade tendo como provocação a divergência que se instalou no campo jurídico sobre a postura do ex-Juiz Sergio Moro na condução dos processos da operação Lava Jato, especialmente após as repercussões do vazamento de suas conversas, divulgadas pelo periódico “The Intercept”.

Boa leitura a todos e a todas.

**JULIANA MELO¹ E
MARCUS CARDOSO²**

¹ Dra. Antropologia Social, Professora Associada I da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

² Doutor e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Pós-doutorado em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFMG) e em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Assessor de coordenação do Fórum Latino Americano de Antropologia do Direito (FLAD). Professor adjunto do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Fronteira (PPGEF/UNIFAP) e bolsista do PROCAD/CAPES.

INTRODUCTION

The idea for this dossier came up during the Panel *Anthropology of Crime and Law: Perspectives on Justice and Criminality*, which took place during the VI National Conference of Anthropology of Law (VI ENADIR) in August 2019. The ENADIR takes place every two years at the University of São Paulo (USP) and is organized by professor Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer with support of the Anthropology Department of the USP. Throughout its six editions, the Conference has gathered professionals and students dedicated to the field of anthropology of law and articulated post-graduation programs from different regions of the country.

In this edition of the event, the Panel *Anthropology of Crime and Law: Perspectives on Justice and Criminality* proposed to gather researches that articulate issues such as justice and criminality, as well as official and non-official forms of crime control. In any case, we favoured empirical undertakings, especially those that employed ethnographical procedures and were interested in understanding and interpreting the point of view of the research subjects. The Panel also encouraged the participation of research projects that contributed to the discussion about the ethical, moral and political dilemmas intertwined with the field.

We were, thus, particularly interested in focusing the discussion around three axes: 1) strategies, reflections and manifestations mobilized by those engaged in activities considered illegal; 2) the mechanisms of control of these activities, whether institutionalized (courts, prisons and security policies)

or not; and, 3) the encounter between those engaged in illegal activities and crime control mechanisms and its multiple implications.

In this number of the Journal of Empirical Studies in Law, the readers will find 10 papers, which composed the Panel. They were wrote by researchers from different education and research institutions from almost all the regions of the country, with exception of the south.

Four of these papers address, in their own manner, the prison issue in Brazil, from the perspective of incarcerated men and women and/or their families. Two other articles discuss the labelling of juveniles who live in vulnerable areas and/or are involved with the Juvenile Justice System. Beyond these issues, the dossier also contemplates massacres, criminal procedural rights of indigenous defendants, great public events, public security policies and the perception of judges about the concept of impartiality.

Carolina Barreto Lemos and Marcus Cardoso, in the paper *Rights, social bond and recognition: ethnographic notes in the context of the penitentiary system of the Federal District*, demonstrate that the interpersonal dimension of citizenship, which frequently translates into demands for recognition, is vital in order to comprehend how incarcerated men and women live and perceive violations of rights. They argument that the recurrence of narratives and field observations that referred to the quality of social bonds point to systematic patterns of disrespect and discursive exclusion in these institutions which

cannot be adequately apprehended by the legal terminology, since they represent, beyond the violation of formal rights, an attack against fundamental dimensions of the personal integrity of imprisoned people.

In the paper *“The other side of the coin”: an analysis of women’s rights claim practices in prison*, Pedro Heitor Barros Geraldo and Betânia de Oliveira Almeida de Andrade examine the practice of claim of rights by incarcerated women in Rio de Janeiro known as “swinging the bars”. They demonstrate that, in a context of denial of rights, this practice appears as a collective ritual used to draw the attention of prison guards to a specific dramatic situation. Analysing the role of “swinging the bars” in this context, the authors evidence certain control devices and reveal the point of view of prison guards about this rights demanding practice.

Also focusing on the issue of incarceration, Juliana Melo, in her paper *Circularities: from relatives of prisoners to “mules” and drug dealers*, proposes a discussion about female incarceration Brazil, based on her fieldwork in the Female Penitentiary of the Federal District. The author evidences the dubious aspects of the repressive and prohibitionist policies towards drugs in Brazil, which is the main cause for female criminalization and incarceration in the country, highlighting how it functions as a form of social control of poverty, which allows the legitimation of numerous brutalities in the context of Brazilian prisons.

In their article *“Every wrong shall*

be charged”: cycles of revenge and disputes between criminal collectives in Natal/RN after the “Alcaçuz Massacre”, Natália Amarante and Juliana Melo analyse the association between the massacre in the prisons of Alcaçuz and Rogério Coutinho Madruga in January 2017, in Rio Grande do Norte, and the intensification of the rivalry between criminal organizations. Their aim was to clarify the connection between this episode and the increase of urban violence in Natal, as well as the human rights violations in the local penitentiary system.

Lucas Oliveira, Gabriela Cardoso and Bráulio Alves da Silva presented the article *Between suspicion and empathy: challenges and limits of research on the life course of adolescent offenders*. The authors discuss the methodology and fieldwork of the research “Trajectories and narratives of adolescents: deleterious effects on the course of life and the infraction response”, which investigated the life course of 373 young people who were involved with the Juvenile Justice System (SJJ) in the city of Belo Horizonte/MG. They are especially interested in comprehending the necessary conditions in order to displace the suspicious attitude of the participants towards the researchers and to establish an empathic relationship between them. In their paper *Involved-with crime: plots, control manoeuvres, surveillance and punishment*, Jacqueline Muniz; Fátima Cecchetto and Rodrigo Monteiro present and analyse the category “involved-with” crime, revealing its plots and control and surveillance manoeuvres. Their

interest is to discuss how the selective distribution of punishment of youths in the periphery mobilizes this notion, highlighting the entanglement of labels it operates, continuously shifting its meanings between the notions of “bandit” and “vulnerable”.

Tedney Moreira da Silva, Ella Wiecko and Elaine Moreira, in the article *The rights of indigenous defendants in criminal procedures in light of the intercultural paradigm*, discuss the rights of indigenous defendants in criminal procedures in order to elaborate a critique of Brazilian criminal procedural law. They demonstrate that, as general rule, criminal procedures neglect ethnic-cultural differences in the attribution of penal responsibility, highlighting the importance of the anthropological examination in order to comprehend and judge the actions of these defendants.

Camila Vedovello and Arlete Rodrigues, in the paper *The “chacinas”¹ in São Paulo: from historicity to the “Chacina” of “torcida pavilhão 9”* analyse the historicity, *modus operandi*, agents and victims of the “chacinas”. The authors do a case study of the episode involving the “Torcida Pavilhão 9”, from the Sport Club Corinthians Paulista. In her article, *“The river of dryness flows into war”: integration, command, control and military intervention in*

¹ The authors use *chacina* in Portuguese instead of the English translation slaughter or massacre in order to highlight the peculiarity of this native category.

the contemporary Rio de Janeiro, Tayla Fernandes analyses the discourse about public security policies in the context of the Integrated Command and Control Centre (CICC) in Rio de Janeiro and its association with the preparations of the great events in the city.

Bárbara Lupetti Baptista, in the paper *The belief in the principle (or myth) of judicial impartiality*, discusses the principle of judicial impartiality and its dilemmas. The author analyses the meanings and representations of the concept of impartiality from the perspective of Brazilian judges, drawing from the controversy provoked in the legal field by the conduct of the former judge Sergio Moro in the context of the Lava-Jato investigation, especially after the leaking of his private conversations with public prosecutors, published by “The Intercept”.

Enjoy your reading.

**JULIANA MELO² AND
MARCUS CARDOSO³**

² PhD in Social Anthropology, Associated Professor at Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

³ PhD and masters' degree at the Post-Graduate Program in Social Anthropology of Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). Post-doctoral fellowship at the Post-Graduate Program in Political Science of Universidade Federal de Minas Gerais (PPGCP/UFGM) and at Post-Graduate Program in Social Anthropology of Universidade de Brasília (PPGAS/UnB). National vice-coordinator of the Latin American Forum of Anthropology of Law (FLAD/Brasil). Professor at the Post-Graduate Program in Frontier Studies of Universidade Federal de Macapá (PPGEF/UNIFAP) and PROCAD-Amazônia/CAPES fellow.